

Psicologia Política do Trabalho na América Latina

Political Psychology of Work
in Latin America

Psicología Política del Trabajo
en América Latina

Psychologie Politique du Travail
en Amérique Latine

Conferência pronunciada no I Encontro Nacional de Psicologia do Trabalho organizado pelo Conselho Federal de Psicologia em Porto Alegre entre 14 e 16 de julho de 1988. Publicada pela primeira vez em 1989 na Revista de Psicologia de El Salvador.

A tradução e a publicação foram autorizadas pelo Centro Monseñor Romero da Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”, El Salvador.

*Traduzido por Fernando Lacerda Jr.
fernandolac@gmail.com*

Psicólogo e doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Crítica, Insurgência, Subjetividade e Emancipação (CRISE), Professor Adjunto de Psicologia Social na Faculdade de Educação e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

Martín-Baró, Ignacio. (1989). *Psicologia Política do Trabalho na América Latina* (2014, Fernando Lacerda Jr., trad.). *Psicologia Política*, 14(30), 609-624.

O Latino: indolente ou trabalhador?

Uma das características mais comuns atribuídas ao latino-americano típico é a de frouxo ou ocioso. Vários estudos realizados em diversos países demonstram a extensão desta imagem estereotipada que as pessoas atribuem aos seus próprios compatriotas, ainda que não a si mesmas (Martín-Baró, 1987a; Salazar, 1983).

Essa imagem é quase uma correspondência especular à ideia elaborada sobre o caráter latino em países como os Estados Unidos: o latino seria uma pessoa extrovertida, superficial, pouco dada ao trabalho, muito afetiva e festeira. Curiosamente, esta imagem parece se ajustar, também, com o *homo psychologicus* que está tão mergulhado nos conflitos afetivos e tão distante do mundo do trabalho que, tal como destaca Wanderley Codo (1987), é apresentado pelas novelas que, há anos, atraem as donas de casa latino-americanas.

A imagem do latino indolente é uma versão internacional do indígena preguiçoso, tão característica das situações coloniais (Alatas, 1977; Fanon, 1972) e serve para justificar o domínio opressor de um povo sobre outro ou de uma elite oligárquica sobre as maiorias populares (Martín-Baró, 1987b). Esta visão negativa é convertida em tese quando, utilizando a conceitualização teórica de Weber (1969), se faz referência ao contraste entre a ética protestante do norte-americano e a ética católica do latino-americano.

Diante desta imagem generalizada do latino-americano como frouxo ou indolente, é surpreendente encontrar, ao mesmo tempo, o trabalhador como traço mais estereotipado utilizado para descrever o salvadorenho (Martín-Baró, 1987a). Por que esta notória discrepância entre a imagem do nativo de El Salvador e o estereótipo mais geral do latino-americano? Essa discrepância corresponde a uma diferença real? Ou, por acaso, o salvadorenho não se percebe como latino-americano?

Da mesma forma, em Cuba não se encontra essa visão negativa do compatriota ou do latino-americano em geral. Pelo contrário, estudos realizados por Mónica Sorín (1985; 1987) mostram que os cubanos têm, em geral, uma imagem muito positiva dos povos latino-americanos e atribuem aos governos ou às estruturas sociais a raiz dos mencionados traços negativos que os estereótipos atribuem ao caráter das pessoas.

Essas notórias diferenças nos obrigam a revisar o sentido psicossocial do estereótipo do latino indolente. Sabe-se que os estereótipos grupais não são ideias que surgem aleatoriamente, mas são produtos de histórias concretas e, portanto, fenômeno cujo sentido está nas circunstâncias e nos problemas específicos enfrentados pelos diversos grupos que constituem uma determinada sociedade. Assim, o núcleo de verdade subjacente à generalização simplista de todo estereótipo remete, necessariamente, à história, tanto do grupo estereotipado, quanto dos outros grupos sociais nos quais o estereótipo é vigente.

Devemos, então, problematizar as condições de trabalho do latino-americano para analisar o que podem significar essas imagens estereotipadas de indolente ou trabalhador, que jogo de forças sociais refletem e, conseqüentemente, em que medida essas imagens não ocultam ou desvelam a realidade psicossocial dos povos latino-americanos.

É claro que o que nos interessa aqui não é tanto o estudo das imagens estereotipadas em si; nos interessa a realidade social do latino-americano, tanto a dimensão coletiva, quanto a pessoal. Nos preocupa o subdesenvolvimento dos povos latino-americanos, sua situação predominante de atraso e pobreza, de postergação e sofrimento. Como nós, psicólogos, podemos contribuir para superar esta condição histórica e, desse modo, promover o bem-estar

físico e mental dos povos latino-americanos? Carlos Alberto Montaner (1988), um conhecido jornalista ultraconservador, expressou com clareza o problema em um artigo:

[...] o que está efetivamente mal não é a estrutura econômica da sociedade latino-americana, mas os hábitos pessoais de trabalho da maior parte dos latino-americanos. Se os latino-americanos não são disciplinados, sérios, rigorosos, exigentes, pontuais, metódicos ou estudiosos, como estranhar que o produto de seu trabalho tenha menor valor do que aquele realizado pelos coreanos, taiwaneses, suíços ou alemães? (Montaner, 1988:73).

Terá razão Montaner? Está correto entender que os latino-americanos tendemos, por natureza, à indisciplina e à indolência, à falta de rigor e dedicação no trabalho?

As Condições de Trabalho na América Latina

Toda generalização sempre é perigosa. Em nosso caso, é indubitável que existem notórias diferenças entre as condições de trabalho imperantes em um país ou em outro e no interior de cada país, entre uma região e outra, especialmente quando se trata de um país tão grande como o Brasil. Se queremos obter uma visão de conjunto, mais do que multiplicar os dados estatísticos concretos, necessitamos estabelecer certos parâmetros interpretativos gerais, ainda que sua validade, obviamente, será maior em alguns casos e menor em outros. No caso latino-americano, três características parecem definir melhor a situação em nível continental: a divisão discriminante, a marginalização e desemprego massivos e a dinâmica de exploração e repressão.

Divisão Discriminante do Trabalho

Toda ordem social está baseada em uma determinada divisão social do trabalho. Os teóricos clássicos do funcionalismo afirmavam que esta divisão se fundava, por um lado, nas necessidades objetivas da sociedade e, por outro, nas características das pessoas (Davis & Moore, 1945). Desta forma, as pessoas mais capazes ficariam nos postos e tarefas de maior responsabilidade social e, em compensação, receberiam maiores benefícios. Por mais surpreendente que possa parecer, esta concepção é a que está latente em muitos dos fundamentos e das técnicas usados por psicólogos e administradores nos processos de seleção e treinamento, como se a natureza se encarregasse espontaneamente de definir as formas de trabalho e as pessoas adequadas para desempenhá-las.

Uma visão alternativa argumenta que a divisão social do trabalho corresponde aos interesses das classes dominantes. São estas classes que definem a ordem social e, conseqüentemente, as necessidades que orientam preferencialmente o funcionamento institucional. A atribuição das pessoas a um ou outro nível da produção ou de serviços é realizada por meio de um sistema de seleção intrinsecamente ligado à hierarquia de classes. Por isso, ainda que eventualmente um indivíduo pertencente ao proletariado ou ao campesinato possa ascender na pirâmide social, a vinculação no trabalho segue um rigoroso ordenamento de classes.

Uma breve análise das condições de trabalho latino-americanas nos dias atuais mostra a validade da segunda abordagem. De fato, a divisão social do trabalho segue alguns eixos que não supõem a mera divisão de tarefas sociais, mas mantém e reproduz uma ordem discriminatória. Três dos eixos principais dela (não os únicos) são: urbano-rural, profissional-manual e masculino-feminino.

Divisão Urbano-Rural

Até pouco tempo atrás, os países latino-americanos eram predominantemente rurais. Em 1970, apenas quatro países latino-americanos (Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela) tinham mais de 50% de sua população vivendo em cidades com 20.000 habitantes ou mais (CEPAL, 1987). Atualmente, outros países, como México e Peru, encontram-se nesta situação. Todavia, alguns países, como os centro-americanos, devem ser considerados fundamentalmente agrícolas, pois, algumas vezes, a qualificação de populações com 5.000 habitantes ou mais como urbanas tende a exagerar o grau de urbanização. Mais ainda, em muitos casos, o setor camponês é constituído, em boa parte, pela população indígena, o que aprofunda ainda mais a divisão e as diferenças.

No entanto, independentemente da relação porcentual entre população urbana e rural, é um fato que a divisão social do trabalho tende a favorecer a cidade. As grandes urbes absorvem abusivamente os principais serviços sociais, – educativos, sanitários, habitacionais – assim como os benefícios derivados do aparato estatal e do desenvolvimento econômico. Com isso, não queremos ignorar os cinturões e as faixas de misérias que contornam e cruzam as principais metrópoles latino-americanas que, permanentemente, crescem com a imigração massiva; mas se esses cinturões e essa imigração existem, é precisamente porque o campo oferece cada vez menos oportunidades de subsistência. Em países como El Salvador se aceita como evidente e regular que, por um trabalho equiparável, o camponês receba um salário mínimo inferior ao do peão urbano.

Permitam-me acrescentar que a psicologia contribui, mais por omissão do que por ação, para esta situação discriminatória do camponês. Raramente a psicologia tomou como centro de seu interesse a realidade do camponês, muito provavelmente porque os esquemas da psicologia dominante são provenientes dos Estados Unidos. Esta deficiência é, todavia, mais notória na área da psicologia do trabalho, que parece ter se esquecido dessa forma específica de trabalho que é o cultivo da terra.

Divisão Profissional-Manual

Um dos erros mais frequentes ao se analisar a estratificação das sociedades é a equiparação das classes sociais com os estratos ocupacionais. Uma classe social não é o mesmo que um estrato social. Todavia, uma visão geral das sociedades latino-americanas demonstra que existem abismos de todos os tipos entre, de um lado, os setores da população que abarcam predominantemente profissionais, administradores e empresários e, de outro, os setores formados por empregados subalternos, operários e trabalhadores de ofícios variados. Ano após ano, a distância socioeconômica entre ambos os núcleos da população se amplia, sem que a existência de certos setores intermediários preencha esse espaço de forma a dar continuidade socioeconômica na escala social. Dito em termos mais simples, parece que as chamadas classes médias tendem a se reduzir de maneira relativa nos países latino-

americanos, enquanto se amplia o abismo entre aqueles que têm muito e aqueles que têm quase nada. Esta situação pode ser perdida de vista quando se permanece no estreito âmbito dos núcleos urbanos mais desenvolvidos, tal como ocorre com boa parte dos profissionais da psicologia.

Divisão Masculino-Feminino

Sem dúvida, este é outro eixo pelo qual passa a discriminação no trabalho nos países da América Latina. Para uma grande parte das mulheres latino-americanas, sua natureza se converte em destino. Dificilmente, as mulheres podem aspirar aos cargos de maior responsabilidade social, tanto no setor público, quanto no privado. Um simples olhar para os gabinetes de governo latino-americanos, a composição das assembleias ou dos parlamentos, a direção das grandes empresas e indústrias e a liderança das instituições mais influentes comprova o domínio esmagador e quase completo do homem. A presença de mulheres em alguns desses cargos representa a exceção que confirma a regra e serve mais como argumento que justifica uma situação estrutural de discriminação. Mais ainda, em quase todos os países latino-americanos, o próprio trabalho realizado por um homem e uma mulher produz uma retribuição financeira diferente prejudicando, é claro, a mulher. No caso de El Salvador para cada *colón*¹ que uma mulher recebe, o homem recebe 1,20 *colón* (Rodríguez, de Vidaurre & Otto, 1983).

Poderiam ser destacados outros aspectos para explicitar este primeiro eixo das condições de trabalho latino-americanas. Mas o que já foi exposto é suficiente para comprovar que os sistemas socioeconômicos dominantes constituem ordens discriminantes que prejudicam os setores mais frágeis: o camponês, o operário, a mulher.

Marginalização e Desemprego Massivos

Se o sistema socioeconômico que predomina nos países latino-americanos discrimina certos setores da população incorporados no próprio sistema, então discrimina de forma ainda mais radical todos os setores que não estão incorporados no sistema: os desempregados circunstanciais ou estruturais e aqueles que, de forma quase permanente, são marginalizados.

O problema da marginalização ocupou a atenção de cientistas sociais durante a década de sessenta, quando os centros de poder estadunidenses temiam que as populações marginais representassem um potencial revolucionário incontrolável que multiplicaria o número de “Cubas” por todo o continente. Superado esse temor e, acima de tudo, com o controle dos diversos rebentos de rebeldia popular pelos mecanismos de segurança nacional, o tema da marginalização deixou de constituir uma grave preocupação política, social e acadêmica, apesar de suas dimensões serem cada vez mais graves.

Na atualidade, a atenção está mais centrada no problema do desemprego e do subemprego, ainda que marginalização e desemprego sejam problemas que, em boa medida, se sobrepõem: nem todos os desempregados estão entre os setores marginalizados, mas a maioria dos marginalizados está entre os permanentemente desempregados ou endemicamente subempregados. O problema se torna ainda mais dramático diante da impotência dos países

¹ Moeda salvadorenha utilizada antes da dolarização da economia do país [N. do T.].

para gerar massivamente novos empregos, já que estão sufocados pela corda da dívida externa (Wells, 1987). Em El Salvador, as estatísticas oficiais tendem a apontar uma taxa de desemprego acima de 30% da população economicamente ativa; se a este número é adicionada a porcentagem dos subempregados, encontraremos uma situação em que apenas metade dos salvadorenhos desfrutam do privilégio de um emprego remunerado. É claro que El Salvador é um país em guerra, onde quase ninguém se arrisca a investir seu dinheiro e onde deslocamentos populacionais massivos provocados pela ação bélica impedem o funcionamento normal do sistema econômico dominante. Contudo, as elevadas taxas de desemprego ou de subemprego tendem a ser cada vez mais comuns em todos os países latino-americanos. Paradoxalmente, para muitos homens e mulheres de nossos povos, a principal ocupação cotidiana é buscar um trabalho que permita continuar vivendo.

Como sobrevivem os marginalizados, os permanentemente desempregados, aqueles que apenas circunstancial ou tangencialmente vinculam-se ao sistema econômico dominante? Como evitam ser aprisionados em transtornos mentais graves? Ou, por acaso, são populações atingidas por graves patologias? Há uma década, uma antropóloga chilena, Larissa Adler de Lomnitz (1978), respondeu a algumas destas perguntas estudando um bairro de periferia no México. Adler de Lomnitz notou que os setores marginais criam um sistema alternativo de relações sociais, cujo princípio básico é a reciprocidade de intercâmbios, baseada na proximidade física e na confiança mútua. A marginalização, portanto, não constitui, tal como afirmava Oscar Lewis, uma cultura paralela traduzida em uma série de comportamentos típicos e menos ainda em transtornos comportamentais, mas é uma exclusão do sistema socioeconômico dominante que obriga as pessoas a buscarem alternativas de sobrevivência.

É importante destacar o engenho, a criatividade e o dinamismo necessários para se sobreviver nas condições de pobreza generalizada que caracterizam a marginalização. Somente uma visão de gabinete poderia afirmar que a população marginal latino-americana padece de sérios transtornos mentais: pelo contrário, se são consideradas as condições objetivas que enfrenta, ela mostra uma vitalidade admirável (Martín-Baró, 1984). Assim, é possível que aquilo que aparece como frouxidão pode ser uma economia de esforços e que aquilo que é classificado como inconstância seja uma consequência da necessidade de manter alternativas controláveis de renda. Atualmente, em El Salvador, existe uma organização, o Comitê de Demitidos e Desempregados de El Salvador (CODYDES), cujo objetivo é o de defender, frente aos governantes e os patrões, os direitos sociais de quem, circunstancial ou permanentemente, se encontra marginalizado pelo sistema produtivo.

Exploração e Repressão

Uma terceira característica das condições latino-americanas de trabalho é o grau de exploração a que está submetida boa parte dos trabalhadores, especialmente, os operários, camponeses e empregados de serviços organizativos de níveis inferiores. A busca por elevadas porcentagens de lucros que o capitalista espera de qualquer tipo de empresa em nossos países, exige o empobrecimento do trabalhador, cujo horizonte de aspirações não pode ir mais além de uma simples reprodução familiar de sua força de trabalho.

Obviamente, o sistema conta com instituições e mecanismos de diversos tipos para fazer com que o operário aceite esta situação como natural e, até mesmo, desejável, para que, em casos de crises, canalize para meios controlados os seus problemas e o seu mal-estar

(Cable, 1988). Todo o aparato ideológico cumpre a função de alimentar uma falsa consciência das classes dominadas, com atrativos como a possibilidade de ascensão individual, as satisfações vicárias dadas pelo consumo suntuoso circunstancial e o valor gratificante do conformismo.

Quando o trabalhador se organiza em sindicatos para lutar por seus interesses e direitos, frequentemente, começa a enfrentar a face repressiva dos regimes. A história do sindicalismo latino-americano está ensanguentada por uma interminável cadeia de espancamentos, listas negras, encarceramentos, torturas, assassinatos e desaparecimentos, não apenas de líderes, mas também de meros filiados de sindicatos.

Em El Salvador, os trabalhadores que buscaram uma melhora em suas condições ao longo da última década tiveram que escolher entre uma sindicalização que está conciliada com os interesses dominantes e um sindicalismo independente e combativo, ferozmente castigado pela repressão (Martín-Baró, 1988a).

Sem dúvida, há um abismo entre a situação do trabalhador salvadorenho e a situação do operário brasileiro, entre o sindicalismo mexicano e o uruguaio, entre a discriminação e o desemprego na Venezuela ou no Peru. Contudo, as três características expostas oferecem um marco de referência global que permite interpretar a situação de cada país e de diversas regiões no interior de cada país.

Dois Enfoques Psicológicos sobre o Trabalho

Como a psicologia latino-americana tenta compreender o mundo do trabalho? Antes de tudo, deve-se destacar três características que condicionaram os enfoques psicológicos. Por razões que não vem ao caso, a psicologia tendeu a tomar o marco social da família como referência fundamental para a análise psicológica. O trabalho tem sido visto como um mundo secundário, subordinado, cujo sentido pode ser compreendido a partir dos esquemas primários das relações familiares. A perspectiva assumida pela psicologia, ao explorar o mundo trabalho, tem sido a dos setores no poder: o patrão, o proprietário, o diretor. Assim, a intencionalidade mais ou menos explícita tem sido a de acoplar o trabalhador às exigências produtivas e não a de adequar a produção às necessidades do trabalhador. O bem-estar do operário tem sido considerado instrumentalmente uma função de sua eficiência, ao invés de se considerar a eficiência do trabalho como uma mediação entre outras para o desenvolvimento e a humanização do operário.

O modelo interpretativo mais comumente empregado tem sido o médico, isto é, aquele que examina os processos de trabalho em função de seu impacto sobre a saúde mental das pessoas, entendida como um estado individual e quase orgânico.

Na atualidade, podem-se diferenciar dois enfoques psicológicos sobre o trabalho que são frequentemente utilizados: um enfoque individualista e um enfoque sistêmico.

O Enfoque Individualista

Este enfoque considera o trabalho como uma das áreas de realização da pessoa. Preocupa-se com a adequação ou a adaptação das características das pessoas às condições de trabalho e foca os traços de personalidade, os hábitos, as habilidades e as capacidades. É concedida uma

grande importância às aspirações e motivações do indivíduo em particular. Não questiona os objetivos fundamentais da organização (indústria, empresa, instituição de serviços), ainda que coloque exigências às formas de organização dos processos trabalhistas, isto é, as condições que diretamente afetam os trabalhadores e as ocupações sociais que são atribuídas a eles. Assim, a psicologia se converte em um instrumento útil para facilitar a adaptação do indivíduo ao seu trabalho e para potencializar sua produtividade por meio da satisfação individual, sem questionar o ordenamento institucional e, muito menos, identificar o sentido dos processos de trabalho no interior do sistema social como um todo.

Um característico e conhecido modelo desse tipo de enfoque é o dos motivos de realização proposto anos atrás por David McClelland (1968). Não é o caso de apresentar este modelo, bem conhecido por todos vocês. O importante é destacar a relação deste modelo com a concepção de ética protestante de Weber: ambos situam no indivíduo a razão de seu êxito ou fracasso e isso se dá tanto no caso da pessoa concreta, como no de um grupo e de toda uma sociedade. Consequentemente, o fracasso de um trabalhador residiria em sua baixa motivação de realização, enquanto o subdesenvolvimento de um país poderia ser atribuído à reduzida motivação de sua população em relação às metas mais ambiciosas.

Esta visão sobre o trabalho permeia modelos aparentemente muito diversos, mas cujo sentido é, no fundo, similar. Permitam-me mencionar um deles, muito em voga durante a década passada: o modelo do *locus de controle do reforço* (Rotter, 1966). Como destacaram diversos analistas, esta visão atribui à personalidade do indivíduo a tendência a perceber as consequências de seus atos como algo sob seu controle ou sob o controle de forças alheias. O pressuposto implícito é o de que, em princípio, essas consequências sempre poderiam estar sob o controle da pessoa. Tomo este pressuposto quase como um insulto quando examino o esforço incansável do camponês salvadorenho para ultrapassar as suas condições de exploração e miséria e vejo ele terminar em uma situação similar ou pior à de seus antecessores. Ao camponês salvadorenho não falta motivação de realização ou esforço para conquistar melhores resultados com o seu trabalho: ao camponês salvadorenho é negado o progresso, como pessoa e como membro de uma classe social, porque ele é privado do fruto de seu trabalho por estruturas socioeconômicas que controlam a distribuição dos bens produzidos em benefício dos setores dominantes. Este é um problema psicológico, não de psicologia individual, mas de psicologia política.

O Enfoque Sistêmico

A chamada teoria dos sistemas conquistou intenso desenvolvimento no campo da psicologia organizacional. Nesta perspectiva, os problemas do trabalho já não são vistos como problemas dos indivíduos, pelo menos não primordialmente, mas como problemas de relações entre sujeitos desempenhando diversos papéis no interior de uma ordem organizativa. A ênfase centra-se nas características de liderança institucional, na estruturação dos papéis ou das tarefas e na elaboração de regras para a tomada de decisões de acordo com os fins que cada organização busca. É interessante notar que o próprio McClelland (1975; 1985) tenha deslocado seu interesse da motivação de realização para a necessidade de poder, que representa um constructo teórico mais relacional (House & Singh, 1987).

O enfoque sistêmico faz de cada organização um mundo de sentido, independente da vinculação com a sociedade mais ampla e ligado especialmente aos intercâmbios de bens e as

trocas ambientais. Em outras palavras, a lógica das empresas se baseia em uma espécie de autonomia funcional em relação aos processos da sociedade em que se inserem. Isto se aplica de modo particular às grandes empresas multinacionais, cuja ação simplesmente aproveita as vantagens locais de cada país respondendo apenas superficialmente às suas necessidades. Os níveis salariais, as políticas de seleção e demissão, as metas produtivas e as mudanças de linha não respondem às necessidades do país ou da região em que operam, mas sim às exigências internas de sua própria rede internacional. Seu vínculo com o meio externo se reduz à reação diante de condições de possibilidade, se estas permitem ou não desenvolver melhor seus objetivos do que em outros países, mas sem satisfazer as necessidades sociais de sua população.

O caso das empresas multinacionais não é destacado por sua peculiaridade, mas porque demonstra o enfoque mais típico da psicologia organizacional. Multiplicam-se os estudos sobre as necessidades da organização buscando aperfeiçoar métodos de seleção (Guion & Gibson, 1988) e treinamento (Latham, 1988), de liderança institucional e de clima organizacional (House & Singh, 1987). Tudo isso, sem dúvida alguma, tem eficácia no interior do sistema, da organização e da empresa. Todavia, não parece responder às necessidades específicas dos operários e, menos ainda, dos países latino-americanos. Como indicam Tod Sloan e Eduardo Salas (1986), esta concepção de psicologia industrial avaliza um desenvolvimento pouco sensível à situação social dos países do terceiro mundo, cuja marginalidade e dependência estrutural é reforçada. O objetivo sempre se reduz a selecionar, treinar e motivar os empregados em função dos objetivos da empresa, não envolve questionar os esquemas econômicos, a primazia do lucro sobre o serviço, assim como a divisão do trabalho e do poder de decisão que fundamenta as organizações.

O Enfoque da Psicologia Política

A psicologia política não busca descartar todos os avanços da psicologia tradicional e, no caso citado, da psicologia do trabalho. Ela busca superar as deficiências dos enfoques predominantes, os quais tendem a isolar os processos psíquicos dos contextos sociopolíticos concretos em que são produzidos e aos quais estão articulados. Em outras palavras, a psicologia política busca devolver à análise psicológica a concretude histórica que desaparece no universalismo científico erroneamente compreendido. Isto é importante no caso do trabalho, dada a íntima relação existente entre a divisão social do trabalho e a ordem política.

O enfoque individualista tem o grande valor de atentar para o papel desempenhado pelas características das pessoas nos processos de trabalho, demonstrando como motivações e habilidades não somente resultam em um trabalho mais eficiente, mas também produzem uma maior satisfação pessoal. Certamente, há, neste caso, um conjunto de teses solidamente confirmadas por uma abundante base empírica e ignorar isto seria uma tola presunção.

Todavia, o enfoque individualista possui graves limitações e, em geral, oferece uma perspectiva perigosamente psicologista dos processos de trabalho. Talvez, seu maior defeito reside em sua virtude: sua ênfase na individualidade. Ao situar a explicação dos processos de trabalho nas características da pessoa, perde-se de vista que o próprio indivíduo é produto de suas circunstâncias e que o trabalho é um processo social que transcende o indivíduo. A psicologização do trabalho converte o ambiente de trabalho e o sistema industrial em naturezas supostamente fixas e imutáveis, como se fossem dados alheios à história. Este tipo

de enfoque faz com que se procure no próprio trabalhador a explicação e a solução de todos os problemas que surgem no processo de trabalho, o que, frequentemente, representa um típico procedimento de culpabilização da vítima. Este enfoque tende a definir o comportamento no trabalho como uma atividade abstrata, sem referências históricas, que depende exclusivamente das características do indivíduo, as quais são compreendidas como traços genéricos de personalidade.

Sem dúvida, o enfoque sistêmico é muito mais rico, porque, dentre outras coisas, integra a contribuição do enfoque individualista superando seu viés psicologista. Seu valor reside na análise dos processos de trabalho no interior da empresa ou da instituição como um todo significativo, isto é, enquanto partes de uma totalidade que dá sentido; assim, o comportamento no trabalho é visto na rede de relações múltiplas que configuram um sistema. As características pessoais recebem uma nova significação por sua referência interpessoal e por sua congruência ou incongruência com as exigências da própria estrutura sistêmica.

Porém, o enfoque sistêmico sofre de uma limitação similar à do enfoque individualista, mas situada em outro nível: a abstração do sistema em relação à realidade da sociedade mais ampla na qual se insere. Teoricamente, com base em um esquema técnico, a empresa ou instituição é concebida como um sistema aberto que estabelece relações com outros sistemas; na prática, esta abertura limita-se a uma consideração sobre entradas e saídas que pouco afeta a análise dos processos internos de trabalho. Assim, o sentido dos comportamentos no trabalho é definido a partir do aqui e agora do próprio sistema. Por isso, o enfoque sistêmico do trabalho tende a incorrer em um tecnocratismo que reproduz o ahistoricismo do enfoque individualista: analisam-se os requisitos de cada posto e o treinamento necessário para desempenhá-lo, as formas de liderança mais produtivas, os fluxos informacionais e os mecanismos para a tomada de decisões, mas tudo isso com uma relativa independência, supostamente técnica, dos problemas ou das necessidades fundamentais que marcam a sociedade mais ampla.

O que a psicologia política propõe para conservar o que há de valioso nos enfoques psicológicos dominantes sobre o trabalho, mas superando as suas limitações? Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que a psicologia política não se reduz à psicologia da política, isto é, à análise psicológica dos comportamentos e processos políticos; a psicologia política analisa qualquer tipo de comportamento que repercute direta ou indiretamente na ordem política de uma sociedade. Assim, podemos definir a psicologia política como o estudo daqueles processos psíquicos pelos quais as pessoas e os grupos constroem, lutam e exercem o poder necessário para satisfazer determinados interesses sociais em uma formação social (Martín-Baró, 1987c).

Aplicada ao caso do trabalho, a psicologia política estuda os comportamentos no trabalho enquanto articulações da ordem social e, portanto, de forças sociais. A psicologia política busca explicitar o sentido dos processos psíquicos à luz do seu enraizamento no contexto social mais amplo, independentemente de serem relações diretas e imediatas ou serem indiretas e mediadas. Em nosso caso concreto, trata-se de examinar os comportamentos no trabalho como mediações políticas e/ou como processos que influenciam a ordem política de um país.

É um fato que o poder social fundamental se cria nas relações econômicas e, portanto, no processo de distribuir socialmente o trabalho. Se o poder se fundamenta nos recursos que dispõem os grupos e as pessoas para as suas relações nas diversas áreas da vida social, é óbvio

que o âmbito do trabalho é uma fonte de poder político por excelência, tanto em termos grupais, quanto em termos pessoais. As classes sociais configuram-se em sua relação mútua diante dos meios de produção no processo de responder às necessidades humanas. Nesse processo, as pessoas se desenvolvem ou estancam, se realizam ou alienam, se humanizam ou desumanizam.

As três características do mundo do trabalho latino-americano que destacamos são articulações históricas de uma ordem social fundamentada na dominação de uma classe social sobre outras e, portanto, são exigências dessa mesma ordem. A discriminação estabelece e reproduz a diferenciação classista, sendo um verdadeiro diferenciador da população entre dominantes e dominados. A marginalização e o desemprego massivos tornam possível alcançar e manter as altas taxas de lucro demandadas pelas classes dominantes ou pelos investidores estrangeiros. Finalmente, a exploração e a repressão asseguram a estabilidade, supostamente harmoniosa, do sistema por meio da alienação das classes dominadas, forçadas a se submeter voluntária ou involuntariamente, por convicção ou por coerção.

O comportamento no trabalho aparece, assim, em sua dimensão ideológica, isto é, como produto, expressão e canalização dos interesses de diversas forças sociais que constituem uma determinada sociedade. Somente quando a análise psicológica atenta para esta totalidade sociopolítica pode-se perceber o caráter alienador de muitas das condições de trabalho que, em si, parecem inócuas e mesmo desejáveis. A carência de sentido de muitas ocupações só é demonstrada quando se reconstrói a totalidade do processo; se analisa, então, como a decomposição do trabalho é o mecanismo que precipita e justifica a decomposição do trabalhador, sua desarticulação pessoal e social que é base de sua dominação.

É importante destacar o impacto político que, direta ou indiretamente, pode ter o trabalho que o psicólogo realiza na empresa. A definição de postos, por exemplo, não pode ser realizada apenas a partir da lógica interna da instituição, nem apenas estabelecendo relações entre posto e características das pessoas, mas deve tomar como um de seus critérios o marco social, político e cultural do país. De outra forma, o que é adaptação à empresa pode ser convertido em submissão política e o que, aparentemente não é mais do que um treinamento técnico, pode resultar na incorporação da semente da alienação política e social. Se a atividade de um psicólogo do trabalho não tem como uma de suas metas a conscientização e, como um dos seus princípios, a participação ativa e organizada do trabalhador, corre-se o perigo de incorrer em um psicologismo mistificador e promotor da alienação política.

A imagem de latino indolente que mencionamos no início desta exposição, decididamente aceita pelo jornalista Montaner, é um excelente exemplo de uma análise psicologista que serve a claros propósitos políticos, mas que pode ser apresentada como uma conclusão estritamente técnica. De acordo com um estudo de Sherry Cable (1988), há três tipos de resposta possíveis do operário diante de sua situação de subordinação nas relações de trabalho: pode aceitar passivamente essa situação, pode se acomodar, buscando retirar algum ganho ou pode se rebelar contra ela. Em cada caso, a resposta muda de acordo com a causa atribuída ao estado de subordinação: atribuir à própria incapacidade ou falta de esforço é algo muito distinto de atribuir à justiça ou injustiça do sistema de trabalho. Somente no caso de rebelião, isto é, quando se atribui a situação opressiva a um sistema social injusto, o operário expressa consciência da alienação em seu trabalho; nos outros casos, seja porque se resigna ao destino, seja porque retira algum benefício por meio de alguma forma de acomodação, o trabalhador não manifesta consciência da alienação (ver quadro 1).

No entanto, Cable (1988) destaca que tanto os processos de socialização primária mais gerais, quanto os processos de treinamento ou socialização secundária que o trabalhador recebe na empresa ou instituição, tendem a facilitar a aceitação das relações de subordinação e, no melhor dos casos, a acomodação, ao mesmo tempo em que emerge a rejeição sistemática das respostas de rebelião que questionam a justiça do sistema. A imagem de latino indolente constitui a cristalização da atribuição causal mais negativa que o trabalhador pode elaborar diante de sua situação de subordinação no trabalho: a atribuição à sua própria incapacidade pessoal que resulta na desvalorização de si mesmo. A conclusão inibidora é a de que se está onde deve estar, porque não se serve para mais nada.

Quadro 1– Resposta do operário às relações desiguais de poder

Resposta	Atribuição do estado de subordinação	Efeito sobre a relação de poder	Manifestação sobre alienação
<i>Aceitação</i>			
Autodesvalorização	Interna, à incapacidade	Mantida	Baixa
O mundo é justo	Interna, ao próprio esforço	Mantida	Baixa
Submissão	Externa, a um sistema justo	Mantida	Baixa
<i>Acomodação</i>			
Reconhecimento do <i>status</i>	Externa, a um sistema justo	Alterada	Baixa
Concordar	Externa, a um sistema justo	Alterada	Baixa
Negociação coletiva	Externa, a um sistema justo (sindicalizado)	Alterada	Baixa
<i>Rebelião</i>			
Rebelião individual	Externa, a um sistema injusto	Mantida	Alta
Formação de coalizões	Externa, a um sistema injusto (não sindicalizado)	Alterada	Alta

Fonte: Cable (1988).

É possível chegar a uma conclusão similar nas análises existentes sobre marginalizados e desempregados. Independentemente de serem responsabilizados ou não pela sua marginalização ou seu desemprego, o fato é que se destaca como uma das consequências mais comuns a progressiva passividade e a tendência à autodesvalorização das pessoas afetadas, por tempo prolongado, pela falta de trabalho. E a autodesvalorização é o que, somada à piora das condições materiais de vida, vai produzindo uma deterioração da saúde mental.

Tal como Ramsay Liem (1987; 1988) demonstrou em vários trabalhos, este tipo de análise tende a ver de forma muito enviesada as consequências do desemprego, fazendo do desempregado uma mera vítima e evitando, assim, uma análise sociopolítica mais ampla das condições de trabalho em cada situação. Obviamente, não se pretende negar as consequências deletérias do desemprego eventual e, muito menos, do desemprego permanente que oprime grande parte da população latino-americana, a questão é completar o panorama e analisar o que significa enfrentar a existência fora do sistema econômico formal: o desenvolvimento de

uma incrível engenhosidade para a sobrevivência e para seguir adiante com virtudes totalmente excluídas do sistema dominante. Sloan e Salas (1986:245) já indicaram que o desenvolvimento provocado pelo capitalismo contemporâneo é alcançado ao preço de “um colapso quase completo do sentido de comunidade; uma participação sem sentido na provisão de materiais e serviços; o consumo passivo de um entretenimento enlatado que entorpece os sentidos e elimina a possibilidade de reflexão” e uma participação ilusória na organização e no destino da própria sociabilidade. Por isso, como indica Liem (1988), em diversos aspectos, o desempregado, mais do que uma vítima, é um crítico social, um testemunho vivo de um sistema socioeconômico falso e injusto. Mas isto é o que é inaceitável para a ordem estabelecida e, no melhor dos casos, quando se olha para o desempregado escolhe-se mais a condescendência do que a compreensão, isto é, uma atenção comiserativa ou caritativa e não uma escuta.

Conclusão

Uma psicologia política do trabalho na América Latina deveria prestar uma atenção muito particular aos aspectos críticos do sistema de trabalho imperante. Em outras palavras, deveria examinar com novos olhos a forma de agir dos setores discriminados, dos marginalizados e desempregados, dos explorados e reprimidos. Enxergá-los não como objetos, mas como sujeitos sociais: como diria Ramsay Liem (1988), não tanto como vítimas de um sistema, que o são, mas como críticos desse sistema. Isto deve ser realizado com uma dupla finalidade: de um lado, para avaliar a totalidade em que se inserem os processos de trabalho dos setores formais, aos quais, prioritariamente, a psicologia do trabalho dedica sua atenção; de outro lado, para descobrir todas as formas de atuar e de trabalhar no setor da chamada economia informal que possibilitam a sobrevivência em condições objetivas infra-humanas graças ao desenvolvimento de valores de solidariedade e cooperação, de sobriedade e persistência, de sensibilidade e capacidade de sacrifício.

Esta atenção ao fazer dos setores discriminados e marginalizados não somente permitirá compreender formas alternativas de realização no trabalho, mas obriga uma reconsideração sobre a possibilidade de tecnologias diferentes, mais adequadas para as circunstâncias sociais de nossos países e de nossos povos. É surpreendente que a psicologia latino-americana do trabalho não tenha se preocupado suficientemente com a promoção de tecnologias mais apropriadas, que não apenas resultem em um melhor uso da mão de obra, mas que, acima de tudo, se vinculem mais estreitamente com padrões e formas culturais próprias.

Por fim, a atenção aos setores discriminados no trabalho deveria resultar em uma reconsideração sobre o que é a saúde mental no mundo do trabalho. Uma das maiores preocupações do psicólogo da empresa é a de cuidar da saúde mental de todos os trabalhadores – executivos, empregados, operários. Mas aqui também é necessário redefinir o conceito de saúde mental à luz da totalidade política e não a partir de uma concepção puramente individualista ou tecnocrática. Afinal, é possível identificar saúde mental com o bem-estar vivenciado por aqueles que, com uma frequência que não é pequena, desfrutam de todos os benefícios criados por um sistema discriminatório? Não é adequado dizer que esse bem-estar individualizado está fundado na negação do outro e na falta de consciência sobre o privilégio injusto? Acredito que se a epidemia de stress gerencial que hoje se espalha nos níveis superiores das organizações empresariais deve, de alguma maneira, ser compreendida,

ela deve ser abordada como a materialização de uma estrutura violenta e assimétrica que desumaniza tanto aquele que concentra o poder, quanto aquele que está privado dele.

Anos atrás Alfredo Moffat (1974) afirmava que, assim como era necessário buscar uma distribuição mais justa dos bens materiais, era necessário buscar, também, uma distribuição mais equilibrada de saúde mental, de tal maneira que todos nós compartilháramos equitativamente as limitações materiais de nossa sociedade e, também, as angústias e os transtornos criados pela convivência coletiva. Em outras palavras, devemos passar de uma concepção de saúde mental como estado individual para uma concepção mais social, que define a saúde a partir daquilo que constitui o ser humano: os seus vínculos e relações sociais (Martín-Baró, 1984; 1988b).

A psicologia política não busca, de modo algum, descartar todo o saber acumulado pela psicologia do trabalho; mas busca oferecer uma nova dimensão para o seu fazer. Trata-se de extrapolar os limites da empresa, situando-a no contexto mais amplo de nossas sociedades, onde se confrontam interesses de classe e se obstruem não apenas os destinos de algumas pessoas ou de certos setores sociais, mas de todo um povo. Somente desta forma a seleção de pessoal poderá evitar a discriminação daqueles que são perpetuamente repelidos, o treinamento poderá evitar a submissão a uma hierarquização instrumentalizadora e a tomada de decisões assumirá como critério prioritário as necessidades mais fundamentais das maiorias populares e não das minorias privilegiadas. Trata-se de um desafio à criatividade do psicólogo; mas um desafio histórico que vale a pena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adler de Lomnitz, Larissa. (1978). *Cómo sobreviven los marginados*. México, D.F.: Siglo XXI
- Alatas, Syed H. (1977). *The myth of the lazy native*. Londres: Frank Cass.
- Cable, S. (1988). Attributional processes and alienation: A typology of worker responses to unequal power relationships. *Political Psychology*, 9(1), 109-127.
- CEPAL. (1987). *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*. New York: Naciones Unidas.
- Codo, Wanderley. (1987). Acción de los psicólogos en los sindicatos: Trabajo, alienación y transformación social. Em Maritza Montero (Org.), *Psicología política latinoamericana* (pp. 277-316). Caracas: Panapo.
- Davis, Kingsley., & Moore, Wilbert. (1945). Some principles of stratification. *American Sociological Review*, 10(2), 242-249.
- Fanon, Frantz. (1972). *Los condenados de la tierra* (Trad. J. Campos). México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Guion, Robert M., & Gibson, Wynne M. (1988). Personnel selection and placement. *Annual Review of Psychology*, 39, 349-374.
- House, Robert., & Singh, Jitendra V. (1987). Organizational behavior: Some new directions for I/O psychology. *Annual Review of Psychology*, 38, 669-718.
- Latham, Gary P. (1988). Human resource training and development. *Annual Review of Psychology*, 39, 542-582.
- Liem, Ramsey. (1987). The psychological costs of unemployment: A comparison of findings and definitions. *Social Research*, 54, 321-353.
- Liem, Ramsey. (1988). Unemployed workers and their families: Social victims or social critics? Em Patricia Voydanoff., & Linda C. Majka (Orgs.), *Families and economic distress: Coping strategies and social policy* (pp. 135-151). Newbury Park: Sage.
- Martín-Baró, Ignacio. (1984). Guerra y salud mental. *Estudios Centroamericanos*, 39(429-430), 503-514.
- Martín-Baró, Ignacio. (1987a) *La identidad nacional del salvadoreño*. San Salvador: Mimeo.
- Martín-Baró, Ignacio. (1987b). El latino indolente: Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. Em Maritza Montero (Org.), *Psicología política latinoamericana* (pp. 135-162). Caracas: Panapo.
- Martín-Baró, Ignacio. (1987c). *Procesos psíquicos y poder*. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeón Cañas.
- Martín-Baró, Ignacio. (1988a). Los grupos con historia: Un modelo psicosocial. *Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social*, 11(1), 3-19.
- Martín-Baró, Ignacio. (1988b). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. *Revista de Psicología de El Salvador*, 7(28), 123-141.
- McClelland, David C. (1968). *La sociedad ambiciosa: Factores psicológicos en el desarrollo económico* (Trad. J. C. Pérez). Madrid: Guadarrama.
- McClelland, David C. (1975). *Power: The inner experience*. New York: Irvington.
- McClelland, David C. (1985). *Human motivation*. Illinois: Scott Foreman.

- Moffat, Alfredo. (1974). *Psicoterapia del oprimido: Ideología y técnica de la psiquiatría popular*. Buenos Aires: ECRO.
- Montaner, Carlos A. (1988). Por qué fracasa Hispanoamérica. *El Nuevo Día*, 26 de maio de 1988, p. 73, Porto Rico.
- Rodríguez, Manuel A., de Vidaurre, Lorena L., & Otto, Eric. (1983). La participación de la mujer en la economía salvadoreña. *Boletín de Ciencias Económicas y Sociales*, 6, 484-493.
- Rotter, Julian. (1966). Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. *Psychological Monographs*, 80(1), 1-28.
- Salazar, José M. (1983). *Bases psicológicas del nacionalismo*. México, D. F.: Trillas.
- Santoro, Eduardo. (1975). Estereotipos nacionales en habitantes de una zona marginal de Caracas. Em Gerardo Marín (Org.), *La psicología social en Latinoamérica* (vol. 1, pp. 81-99). México, D. F.: Trillas.
- Sloan, Tod., & Salas, Eduardo. (1986). El papel de la Psicología industrial en el Tercer Mundo: Análisis y crítica. *Boletín de Psicología*, 5(22), 241-245.
- Sorín, M. (1985). *Humanismo, patriotismo e internacionalismo en escolares cubanos*. La Habana: Ed. De Ciencias Sociales.
- Sorín, Monica. (1987). América Latina: La realidad psicosocial del cubano. *Boletín de Psicología*, 6(26), 301-305.
- Weber, Monica. (1969). *La ética protestante y el espíritu del capitalismo* (L. Legaz Lacambra, trad.). Barcelona: Península.
- Wells, John. (1987). *Empleo en América Latina: Una búsqueda de opciones*. Santiago de Chile: PREALC-OIT.

• Recebido em 13/06/2014.

• Aceito em 19/06/2014.